

INCLUSÃO NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR – OLHAR DO ALUNO

GABRIELA AMARAL LEAL¹; GILSENIRA DE ALCINO RANGEL²

¹Universidade Federal de Pelotas – gaby_leal26@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – gilsenira_rangel@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular tem sido um assunto amplamente discutido atualmente, além de ser um grande desafio, pois, trata-se de um processo árduo e lento e que depende da preparação da comunidade escolar para promover a participação de todos os alunos. Esta pesquisa tem como objetivo apresentar a visão do aluno de ensino regular das séries iniciais, em seu entendimento sobre inclusão na escola.

O direito à diferença nas escolas provoca certo receio por parte das mesmas, afinal ele acaba por “impor” uma reestruturação no ambiente escolar, a fim de superar toda e qualquer circunstância ou empecilho propiciados pelas especificidades de alunos que necessitem de atenção e compreensão às suas singularidades. Esta estratégia pedagógica deve ser regida sem preconceitos, estigmas ou discriminação.

2. METODOLOGIA

O desenvolvimento do trabalho foi feito por meio de uma entrevista com uma turma de 10 (dez) alunos (presentes no dia da entrevista) com faixa etária variante em 7 (sete) a 9 (nove) anos de idade que cursam o 2º ano do ensino fundamental em uma escola de ensino regular, sendo 1 (um) deles aluno com necessidades educacionais e especiais, diagnosticado com autismo.

As perguntas realizadas na entrevista feita individualmente foram as seguintes: **1)** Com quais colegas costuma passar o recreio? **2)** Já conseguiu fazer trabalho em dupla com todos os colegas? Se não fez, por que não fez? **3)** Quem escolhe o grupo? Quais os critérios? **4)** Com quais não conseguiu trabalhar, por quê? **5)** Você tem colegas com deficiência? Sabes dizer qual? **6)** Tem algum parente com deficiência na família? Convive com ele/ela? **7)** Sabe o que é inclusão? **8)** Como você se sente com a presença desse aluno? Ajuda ou fica mais difícil aprender?

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a finalidade de organizar os sistemas de ensino para o atendimento do aluno que apresenta necessidades educacionais especiais, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), que já estabeleceu, em 2001, políticas efetivas e adequadas a implantação da educação especial. Algumas destas medidas legais foram:

1.1 – Constituição Federal, Título VIII, da ORDEM SOCIAL:

Artigo 208:

III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – § 1º - O acesso, ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo.

V – Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

Artigo 227:

II - § 1º - Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial, ou mental, bem como integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º - A lei disporá normas de construção, dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado à pessoas portadoras de deficiência.

O estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, nos § 1º do artigo 2º da Lei nº 8.069/90, que: “A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado”. E ordena no artigo 5º, que: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de discriminação, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação, ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”

Nas entrevistas, todas as crianças alegaram que não há diferenças em sua turma, que todos são iguais, todos possuem uma ótima relação social, onde todos são amigos uns dos outros. Apenas duas das nove crianças, já que as entrevistas foram feitas somente com os colegas de aluno com necessidades educacionais especiais, salientaram que já foi comentado por professores em sala de aula que, a colega (diagnosticada com autismo) que apresentava dificuldades na fala, tinha idade mental entre 1 (um) a 2 (dois) anos, apesar de ter 9 (nove) anos de idade, e por isso não sabe diferenciar o certo do errado.

Com base nas respostas obtidas nas entrevistas com os 9 (nove) alunos, foi possível inferir que estas crianças não possuem conhecimento algum sobre o que é inclusão, apesar de exercê-la de forma natural pois não identificam as diferenças. Desconhecem a particularidade de sua colega e dos demais alunos da mesma escola, mesmo havendo contato direto com estes que têm alguma deficiência. É impressionante como, a partir dos dados coletados com esta turma de 2º (segundo) ano do ensino fundamental, é gritante a inexistência de estigmas e preconceitos nessa faixa etária que varia dos 7 (sete) aos 8 (oito) anos de idade. Nas entrevistas, os alunos demonstraram não perceber as diferenças e nem as demais deficiências existentes.

Ao observar o intervalo deles, notei que realmente (como haviam alegado nas entrevistas) todos brincavam juntos e ninguém da turma estava isolado. Estas crianças demonstraram estar livre de preconceitos e estigmas e que sabem conviver com as diferentes especificidades de seus colegas. Inclusive, com base nesses mesmos dados podemos fundamentar uma ideia de que a exclusão se dá por uma construção social no decorrer da formação do indivíduo como cidadão. Afinal, com esta pesquisa, percebi haver uma compreensão da turma com relação a colega autista, mesmo que eles não tenham conhecimento das necessidades especiais da colega. Outro ponto que me chamou a atenção foi quando fui me despedir da professora, agradecendo a disponibilidade para a realização das entrevistas, então uma das crianças perguntou para a professora se a aluna (esta

diagnosticada com autismo) não seria entrevistada também, o que não foi possível, pois ela apresentava grande dificuldade na fala. A atitude desta aluna me fez refletir, pois, apresentou um cuidado e atenção que a turma tem em relação a todos, e isso prova a capacidade inata que as crianças têm em socializar e acolher o próximo.

4. CONCLUSÕES

A falta de diálogo sobre as demais diferenças e especificidade de alguns alunos, acaba por gerar, mesmo que inocentemente, a invisibilidade destes, e impede uma melhor relação e desenvolvimento social para com os demais indivíduos de seu convívio. No caso da turma entrevistada, de momento, a breve explicação de uma das professoras sobre a aluna com laudo mostra-se suficiente para as demais crianças, mas até quando será? O adulto peca em querer privar a criança desses conhecimentos, ainda que muitas vezes elas provam saber incluir de fato, sem mesmo saber o significado da palavra inclusão.

Segundo Valéria Mota Scardua (Revista FACEVV 2º semestre de 2008 - Número 1, pg. 86), a inclusão escolar seria, deste modo, não somente manter o aluno na escola, mas além de mantê-lo, faz-se necessário tornar a escola um ambiente no qual ele possa de fato se desenvolver."

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Emenda Constitucional nº 66 de 13 de julho de 2010. Da Ordem Social-Da Educação, da Cultura e do Desporto. Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/art_208.shtml>. Acesso em: 01 jul.2015

Scardua, Valéria Mota (2008). *A Inclusão e o Ensino Regular*. ES - Vila Velha. Revista FACEVV - Número 1;

Tessaro, Nilza S., Waricoda, Ana S. R., Bolonheis, Cristina M. e Rosa, Ana Paula B. (2005). *Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais*. Universidade Estadual do Maringá;